



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 3053/2023 (VINCULADO AO REQUERIMENTO Nº 2.413/2023)

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da mesa, ao responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo – **Consórcio BH LESTE**, pedido de informação sobre o detalhamento do ofício nº 08/2023 encaminhado como resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.413/2023, originário desta CPI.

Foi solicitado pelo Requerimento de Comissão supramencionado, informações acerca dos valores recebidos pelas empresas que compõem o quadro do Consórcio Pampulha e, como resposta, o consórcio emitiu resposta detalhando os seguintes valores:

O CONSÓRCIO BHLESTE, vem respeitosamente perante V.Exa., em resposta ao ofício Dirleg nº 7.553/23 – Requerimento de Comissão 2.413/23, encaminhar os seguintes esclarecimentos:

- Valor recebido com o repasse da compra antecipada de vale-transporte:
Viação Getúlio Vargas Ltda = R\$ 5.036.533,57
Viação Globo S/A = R\$ 7.763.920,08
Viação Progresso Ltda = R\$ 7.176.779,44
Viação São Geraldo Ltda = R\$ 2.272.481,30
Viação Torres Ltda = R\$ 8.895.727,80
S&M Transportes S/A = R\$ 18.427.838,56
Coletivos Boa Vista Ltda = R\$ 2.161.702,89
- Valor recebido com o subsídio concedido pela Lei Municipal nº 11.367/22:
Viação Getúlio Vargas Ltda = R\$ 5.669.524,82
Viação Globo S/A = R\$ 9.060.738,18
Viação Progresso Ltda = R\$ 7.477.892,53
Viação São Geraldo Ltda = R\$ 2.245.705,45
Viação Torres Ltda = R\$ 8.673.553,18
S&M Transportes S/A = R\$ 20.020.261,52
Coletivos Boa Vista Ltda = R\$ 3.856.493,04

No entanto, é possível identificar que os valores percebidos pela S&M TRANSPORTES SA são visivelmente superiores aos percebidos pelas demais empresas que compõem o quadro do Consórcio. Neste diapasão, requeiro seja informado quais foram os critérios de distribuição dos valores entre as empresas e por qual razão a S&M TRANSPORTES precisou de um montante expressivamente superior as demais.

Requeiro, ainda, que este pedido de informação seja respondido em 10 (dez) dias úteis.

WESLEY MOREIRA
DE
PINHO:003151876
11

Assinado de forma digital por WESLEY MOREIRA DE PINHO:00315187611
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=09461647000195,
ou=Videoconferencia, ou=Certificado
PF A3, cn=WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611
Dados: 2023.11.10 16:16:33 -03'00'

Vereador Wesley Moreira
PP

JULIANO LOPES
LOBATO:95760
415620

Assinado de forma digital por JULIANO LOPES LOBATO:95760415620
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JULIANO LOPES LOBATO:95760415620
Dados: 2023.11.14 16:47:30 -03'00'

Ao Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus Sem Qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

20 / 11 / 23

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 15/11/23
HORA: 11:03:26

512 6934



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 3054/2023
(VINCULADO AO REQUERIMENTO Nº 2.412/2023)

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da mesa, ao responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo – **Consórcio PAMPULHA**, pedido de informação sobre o detalhamento do ofício nº 08/2023 encaminhado como resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.412/2023, originário desta CPI.

Foi solicitado pelo Requerimento de Comissão supramencionado, informações acerca dos valores recebidos pelas empresas que compõem o quadro do Consórcio Pampulha e, como resposta, o consórcio emitiu resposta detalhando os seguintes valores:

O **CONSÓRCIO PAMPULHA**, em resposta ao ofício DIRLEG nº 7.552/23, referente ao **Requerimento de Comissão nº 2.412/23**, vem encaminhar os seguintes esclarecimentos:

1. Valor recebido com o repasse da compra antecipada de vale-transporte:

Auto Ônibus Fioramar Ltda = R\$ 7.530.918,36
Viação Carneirinhos Ltda = R\$ 1.397.723,53
Viação Sandra Ltda = R\$ 1.674.406,75
Milênio Transportes Ltda = R\$ 8.229.837,97
São Dimas Transportes Ltda = R\$ 6.387.028,26
Viação Jardins S/A = R\$ 12.636.010,04
Cidade BH Transportes Ltda = R\$ 6.509.378,78
Plena Transportes e Turismo Ltda = R\$ 6.808.741,99
Rodap Operadora de Transportes Ltda = R\$ 3.566.602,86

2. Valor recebido com o subsídio concedido pela Lei Municipal nº 11.367/22:

Auto Ônibus Fioramar Ltda = R\$ 7.886.965,57
Viação Carneirinhos Ltda = R\$ 1.731.413,93
Viação Sandra Ltda = R\$ 1.826.364,84
Milênio Transportes Ltda = R\$ 8.500.275,51
São Dimas Transportes Ltda = R\$ 7.222.883,22
Viação Jardins S/A = R\$ 9.083.580,85
Cidade BH Transportes Ltda = R\$ 6.920.783,18
Plena Transportes e Turismo Ltda = R\$ 7.425.367,72
Rodap Operadora de Transportes Ltda = R\$ 3.939.053,95

No entanto, é possível identificar que os valores percebidos pela Viação Jardins S/A é visivelmente superior aos percebidos pelas demais empresas que compõem o quadro do Consórcio. Neste diapasão, **requeiro seja informado quais foram os critérios de distribuição dos valores entre as empresas e por qual razão a Viação Jardins S/A precisou de um montante expressivamente superior as demais.**

Requeiro, ainda, que este pedido de informação seja respondido em 10 (dez) dias úteis.

WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611

Assinado de forma digital por WESLEY
MOREIRA DE PINHO:00315187611
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTUM Multipla
v5, ou=09461647000195,
ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A3,
cn=WESLEY MOREIRA DE PINHO:00315187611
Dados: 2023.11.10 16:19:00-03'00'

JULIANO LOPES
LOBATO:95760415620

Vereador Wesley Moreira
PP

Ao Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus Sem Qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

20 / 11 / 23

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 15/11/23
HORA: 11:06:45

5126938



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 3055/2023
(VINCULADO AO REQUERIMENTO Nº 73/2023)

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da mesa, a direção da S&M TRANSPORTES S.A pedido de informação sobre o detalhamento dos valores recebidos pela empresa, vinculada ao consórcio BH LESTE, durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R\$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais).

Foi solicitado pelo Requerimento de Comissão supramencionado, informações acerca dos valores recebidos pelas empresas que compõem o quadro do Consórcio BH Leste e, como resposta, o consórcio emitiu resposta detalhando os seguintes valores:

O CONSÓRCIO BHLESTE, vem respeitosamente perante V.Exa., em resposta ao ofício Dirleg nº 7.553/23 – Requerimento de Comissão 2.413/23, encaminhar os seguintes esclarecimentos:

1. Valor recebido com o repasse da compra antecipada de vale-transporte:

Viação Getúlio Vargas Ltda = R\$ 5.036.533,57
Viação Globo S/A = R\$ 7.763.920,08
Viação Progresso Ltda = R\$ 7.176.779,44
Viação São Geraldo Ltda = R\$ 2.272.481,30
Viação Torres Ltda = R\$ 8.895.727,80
S&M Transportes S/A = R\$ 18.427.838,56
Coletivos Boa Vista Ltda = R\$ 2.161.702,89

2. Valor recebido com o subsídio concedido pela Lei Municipal nº 11.367/22:

Viação Getúlio Vargas Ltda = R\$ 5.669.524,62
Viação Globo S/A = R\$ 9.060.738,18
Viação Progresso Ltda = R\$ 7.477.892,53
Viação São Geraldo Ltda = R\$ 2.245.705,45
Viação Torres Ltda = R\$ 8.673.553,18
S&M Transportes S/A = R\$ 20.020.261,52
Coletivos Boa Vista Ltda = R\$ 3.856.493,04

No entanto, é possível identificar que os valores percebidos pela S&M Transportes S.A é visivelmente superior aos percebidos pelas demais empresas que compõem o quadro do Consórcio. Neste diapasão, requeiro seja:

1. Detalhado como foi utilizado o montante recebido pela empresa, ou seja, para qual (ais) finalidade (s) os recursos foram aproveitados;
2. Anexado comprovantes de compras, despesas, custos, faturas e outros que foram vinculadas aos subsídios.

Requeiro, ainda, que este pedido de informação seja respondido em 15 (dez) dias úteis.

WESLEY MOREIRA
DE
PINHO:00315187611

Assinado de forma digital por WESLEY MOREIRA DE PINHO 00315187611
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipha v5, ou=09461647000195, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A3, cn=WESLEY MOREIRA DE PINHO 00315187611
Dados: 2023.11.10 16:20:29 -03'00'

Vereador Wesley Moreira
PP

JULIANO LOPES
LOBATO:9576041
5620

Assinado de forma digital por JULIANO LOPES LOBATO 95760415620
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipha v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=JULIANO LOPES LOBATO 95760415620
Dados: 2023.11.14 16:48:46 -03'00'

Ao Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus Sem Qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

20 / 11 / 23

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 15/11/23

HORA: 11:07:56

SIL 6939



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 3056/2023
(VINCULADO AO REQUERIMENTO Nº 2412/2023)

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da mesa, a direção da Viação Jardins S/A pedido de informação sobre o detalhamento dos valores recebidos pela empresa, vinculada ao consórcio Pampulha, durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R\$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais).

Foi solicitado pelo Requerimento de Comissão supramencionado, informações acerca dos valores recebidos pelas empresas que compõem o quadro do Consórcio Pampulha e, como resposta, o consórcio emitiu resposta detalhando os seguintes valores:

O CONSÓRCIO PAMPULHA, em resposta ao ofício DIRLEG nº 7.552/23, referente ao Requerimento de Comissão nº 2.412/23, vem encaminhar os seguintes esclarecimentos:

1. Valor recebido com o repasse da compra antecipada de vale-transporte:

Auto Ônibus Fioramar Ltda = R\$ 7.530.918,36
Viação Carneirinhos Ltda = R\$ 1.397.723,53
Viação Sandra Ltda = R\$ 1.674.406,75
Milênio Transportes Ltda = R\$ 8.229.837,97
São Dimas Transportes Ltda = R\$ 6.387.028,26
Viação Jardins S/A = R\$ 12.636.010,04
Cidade BH Transportes Ltda = R\$ 6.509.378,78
Plena Transportes e Turismo Ltda = R\$ 6.808.741,99
Rodap Operadora de Transportes Ltda = R\$ 3.568.602,88

2. Valor recebido com o subsídio concedido pela Lei Municipal nº 11.367/22:

Auto Ônibus Fioramar Ltda = R\$ 7.886.965,57
Viação Carneirinhos Ltda = R\$ 1.731.413,93
Viação Sandra Ltda = R\$ 1.826.364,84
Milênio Transportes Ltda = R\$ 8.500.275,51
São Dimas Transportes Ltda = R\$ 7.222.883,22
Viação Jardins S/A = R\$ 9.083.580,85
Cidade BH Transportes Ltda = R\$ 6.920.783,18
Plena Transportes e Turismo Ltda = R\$ 7.425.367,72
Rodap Operadora de Transportes Ltda = R\$ 3.939.053,95

No entanto, é possível identificar que os valores percebidos pela Viação Jardins S/A é visivelmente superior aos percebidos pelas demais empresas que compõem o quadro do Consórcio. Neste diapasão, requeiro seja:

1. Detalhado como foi utilizado o montante recebido pela empresa, ou seja, para qual (ais) finalidade (s) os recursos foram aproveitados;
2. Anexado comprovantes de compras, despesas, custos, faturas e outros que foram vinculadas aos subsídios.

Requeiro, ainda, que este pedido de informação seja respondido em 15 (dez) dias úteis.

WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611

Assinado de forma digital por WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611
DN: cn=Wesley Moreira de Pinho, o=AC Soluti Multipla v5,
ou=IPRIS 167000795, ou=Instituto Confiança,
ou=Certificado PF A3, cn=WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611
Data: 2023.11.10 16:21:05 -03'00'

Vereador Wesley Moreira
PP

JULIANO LOPES
LOBATO:9576041
5620

Assinado de forma digital por JULIANO
LOBATO:95760415620
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC Soluti
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JULIANO LOPES LOBATO:95760415620
Dados: 2023.11.14 16:41:38 -03'00'

Ao Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus Sem Qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

20 / 11 / 23

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 15/11/23
HORA: 11:08:46

SIL 6940

Requerimento de Comissão

3063/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Presidente do Consórcio TRANSFÁCIL, Sr. Ralison Guimarães, pedido de esclarecimento complementar sobre o requerimento de comissão nº 2661/2023.

O Requerimento de Comissão nº 2.661/2023, protocolado em 04/10/2023, pediu à SUMOB esclarecimentos complementares sobre o cálculo da remuneração complementar.

Foram questionados os motivos para a planilha de cálculo desta remuneração computar despesas com 13º do Transfácil e com a aquisição de cascos de cartões de transporte.

Em resposta, o ofício SUMOB/SMGO nº 596/2023 esclareceu que “a Prefeitura de Belo Horizonte não realiza compra de cascos de cartões. Tal compra é realizada pelo Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte (TRANSFÁCIL)”.

Ademais, foi informando que o custo individual dos cartões adquiridos em dezembro/2022 foi de R\$ 4,542, sendo adquiridos um total de 502.500 cartões neste mês.

No site do TRANSFÁCIL é possível observar que o cartão é vendido aos usuários. Diante disso, pergunta-se:

1. Qual é o valor atual de venda dos cascos?
2. Qual foi o valor de aquisição dos cascos? Favor enviar as notas fiscais de aquisição dos 502.500 cartões em dezembro/2022.
3. Qual é a média mensal de compra de cascos?
4. Qual foi a média anual de aquisição de cascos nos últimos cinco anos?
5. O valor do custo de aquisição dos cascos é compensado ou devolvido à Prefeitura de Belo Horizonte?
6. Qual é a destinação do valor/lucro arrecadado com a venda dos cartões?

7. Com qual receita o Transfácil remunera os seus funcionários?
8. Qual é o valor mensal da folha de pagamento do Transfácil? Favor informar o valor mensal para cada um dos meses dos anos de 2022 e 2023.

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.21 13:44:42 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

21 / 11 / 23

139

Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos ônibus sem qualidade.

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
3064/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, e ao Superintendente de Mobilidade, Sr. André Dantas, pedido de esclarecimento complementar sobre o requerimento de comissão nº 2.661/2023.

O Requerimento de Comissão nº 2.661/2023, protocolado em 04/10/2023, pedia esclarecimentos complementares ao Requerimento de Comissão nº 2.014/2023, protocolado em 25/07/2023.

Apesar de conter seis tópicos, o ofício SUMOB/SMGO nº 596/2023 não respondeu a integralidade das perguntas e solicitações trazidas pelo requerimento supramencionado, fazendo-se necessário esse requerimento complementar.

Diante disso, passo os seguintes questionamentos e solicitações:

1. Foi requerido no item 3 do requerimento nº 2661/2023 o envio das notas fiscais referentes a aquisição dos cascos de cartões. Dessa forma, reitero o pedido para envio das notas fiscais referentes a aquisição dos cascos de cartões.

Foi esclarecido pelo ofício que “a Prefeitura de Belo Horizonte não realiza compra de cascos de cartões. Tal compra é realizada pelo Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte (TRANSFÁCIL)”. Dessa forma, informando que o custo individual dos cartões adquiridos em dezembro/2022 foi de R\$ 4,542, a PBH justificou a sua inserção no custo da remuneração complementar. Todavia, no site do TRANSFÁCIL é possível observar que o cartão é vendido aos usuários. Diante disso, pergunta-se:

2. Quanto o usuário paga pela aquisição do cartão BHBUS?
3. Como esse retorno do valor do custo será computado no cálculo da remuneração complementar?
4. Como o lucro com a venda dos cartões é computado no cálculo da remuneração complementar?

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.21 13:45:17 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

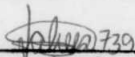
Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

21 / 11 / 23

Ao Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos ônibus sem qualidade.


Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO 3129/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Presidente do SETRA, Sr. Raul Lycurgo, pedido de informação sobre a aquisição de novos ônibus.

De acordo com publicação da Prefeitura de Belo Horizonte nas redes sociais, já foram adquiridos 375 (trezentos e setenta e cinco) ônibus novos de um total de 420 (quatrocentos e vinte).

Diante disso, pergunta-se:

1. Todos os ônibus foram adquiridos em 2023? **Enviar a nota de faturamento de cada um deles.**
2. Há veículos com entrega programada até 31/12/2023?
3. Até o final de 2023 será atingido o montante de 420 ônibus?
4. Quantos desses 375 ônibus são referentes a novos veículos e quantos foram destinados a renovação de frota?

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.23 09:43:19 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Ao Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos ônibus sem qualidade.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
01 / 12 / 2023

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

Requerimento de Comissão **3133/2023** _____/2023

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus sem qualidade

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 86, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman e ao Superintendente de Mobilidade, Sr. André Dantas, pedido de informação sobre os questionamentos abaixo relacionados.

Através da aprovação do PL 538/2023, e consequentemente da sanção da Lei 11.538/2023, ficou estabelecido em Belo Horizonte, o subsídio de R\$ 512.795.984,00 para financiar o transporte público da cidade. Além de reduzir o custo da tarifa vigente e de instituir uma série de benefícios aos usuários, o objetivo do presente projeto é a melhoria na qualidade do serviço realizado pelas permissionárias do serviço público.

Não obstante, para alcançar esse objetivo, uma das medidas tomadas foi a aquisição de 420 novos veículos para compor a frota disponibilizado pelas empresas de ônibus, medida amplamente divulgada:

- <https://viatrolebus.com.br/2023/10/belo-horizonte-promete-420-novos-onibus-ate-o-final-do-ano/>
- <https://noticias.r7.com/minas-gerais/balanco-geral-mg/videos/transporte-coletivo-vai-ganhar-420-novos-onibus-ate-dezembro-em-belo-horizonte-19102023>

Pois bem, em que pese todo esforço do poder público em melhorar a qualidade do serviço em nossa cidade, a realidade experimentada pelos moradores é outra, principalmente na região do Barreiro, onde opera a empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 30.11.2023
HORA: 16:52
5127087

Diariamente tenho recebido diversos relatos põe em cheque todo esforço realizado para que o cidadão tenha um transporte digno e de qualidade. Principalmente nas linhas que atendem a região de periferia da cidade.

Exemplo disso são as linhas 332 (ESTACÃO BARREIRO / MILIONÁRIOS – BONSUCESSO), 318 (ESTACÃO BARREIRO/JARDIM LIBERDADE VIA MILIONÁRIOS) 330 (ESTACÃO BARREIRO INDEPENDÊNCIA) e 3054 (MILIONÁRIOS/CENTRO) que diariamente tem reclamações relacionadas a qualidade do serviço prestado ou da sua ausência de prestação, conforme relatório anexo.

Posto isso, requeiro informações a respeito dos seguintes questionamentos:

1. Até o presente momento, qual foi o valor de subsídio disponibilizado à Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda estabelecido pela Lei 11538/2023?
2. Dos 420 novos veículos, quantos veículos foram adquiridos/disponibilizados pela Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda?
3. Quantos veículos compõe a frota da Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda?
4. Qual a média de idade dos veículos atualmente em circulação da Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda?
5. As linhas 318, 332, 3054 e 330 foram contempladas cada um com quantos veículos novos?
6. Qual a frequência de manutenção dos veículos que operam as linhas acima?
7. Qual a idade dos veículos que operam as linhas acima mencionadas?
8. Qual a frequência de limpeza dos veículos que operam as linhas acima mencionadas?
9. Considerando que as linhas anteriormente mencionadas são campeãs de reclamação, quais as medidas estão sendo adotadas tanto pela empresa quanto pelo poder público para mitigar os problemas apontados pelos usuários?

10. Quais são os critérios estabelecidos para que uma linha de ônibus tenha sua tarifa zerada em razão de operar dentro de vilas e favelas?

Não obstante os questionamentos, sugestiono através dessa comissão que seja realizadas as seguintes atitudes pelo poder público:

1. Acompanhamento diário das 4 linhas por fiscais das BHtrans de forma a acompanhar o trajeto, bem como apurar as denúncias apontadas pela população;
2. Zerar as tarifas das linhas que trafegam em linhas e favelas (332 e 318), evitando-se assim depredação dos veículos ou outros tipos de incidentes observados;
3. Troca da frota dos veículos mais antigos em circulação nas linhas acima mencionadas;
4. Fixação em todos os veículos de cartaz contendo as informações necessárias para realização de denúncia a respeito da qualidade do serviço prestado nos ônibus;
5. Revisão da metodologia de pagamento de subsídio as empresas, uma vez que o número de reclamações é subnotificado.
6. Rompimento do contrato com a referida empresa em razão dos constantes descumprimentos contratuais e encampação dos veículos de forma a garantir a continuidade do serviço até a execução de nova licitação ou novo contrato de forma emergencial.

Na certeza do atendimento, coloco mais uma vez meu gabinete a disposição para eventuais esclarecimentos.

Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2023.

HELIO MEDEIROS
CORREA:9157278
9620

Assinado de forma digital por HELIO
MEDEIROS CORREA:91572789620
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3, cn=HELIO
MEDEIROS CORREA:91572789620
Dados: 2023.11.30 16:11:56 -03'00'

**VEREADOR HELINHO
VEREADOR DO PSD**

JUSTIFICATIVA

Conforme relato dos usuários e presenciado pessoalmente por esse parlamentar, recebemos diversas denúncias sobre a má prestação de serviço de transporte público na região do Barreiro, principalmente nas linhas 318 e 332, que fazem a região dos Bairros Bonsucesso, Jardim Liberdade, Milionários, Conjunto Esperança, Flávio Marques Lisboa e outros.

São diversas situações que não condizem com a realidade contratual estabelecida, havendo diversas faltas graves praticadas pela empresa permissionária do serviço público.

Somente no decorrer do mês de Novembro foram observados vários fatos, tais como:

Ônibus da Linha 318 quebrado no Bairro Jardim Liberdade – Rua Liberdade, próximo ao número 300. Horário aproximado às 6:00 da Manhã. Data: 29/11/2023



Ônibus da Linha 318 quebrado no Bairro Jardim Liberdade – Rua Liberdade, próximo ao número 295. Horário aproximado às 8:00 da Manhã. Data: 28/11/2023



Ônibus da Linha 318 quebrado no Bairro Milionários – Rua Dona Luiza, esquina David de Fonseca. Horário aproximado às 15:00 da tarde. Data: 27/11/2023



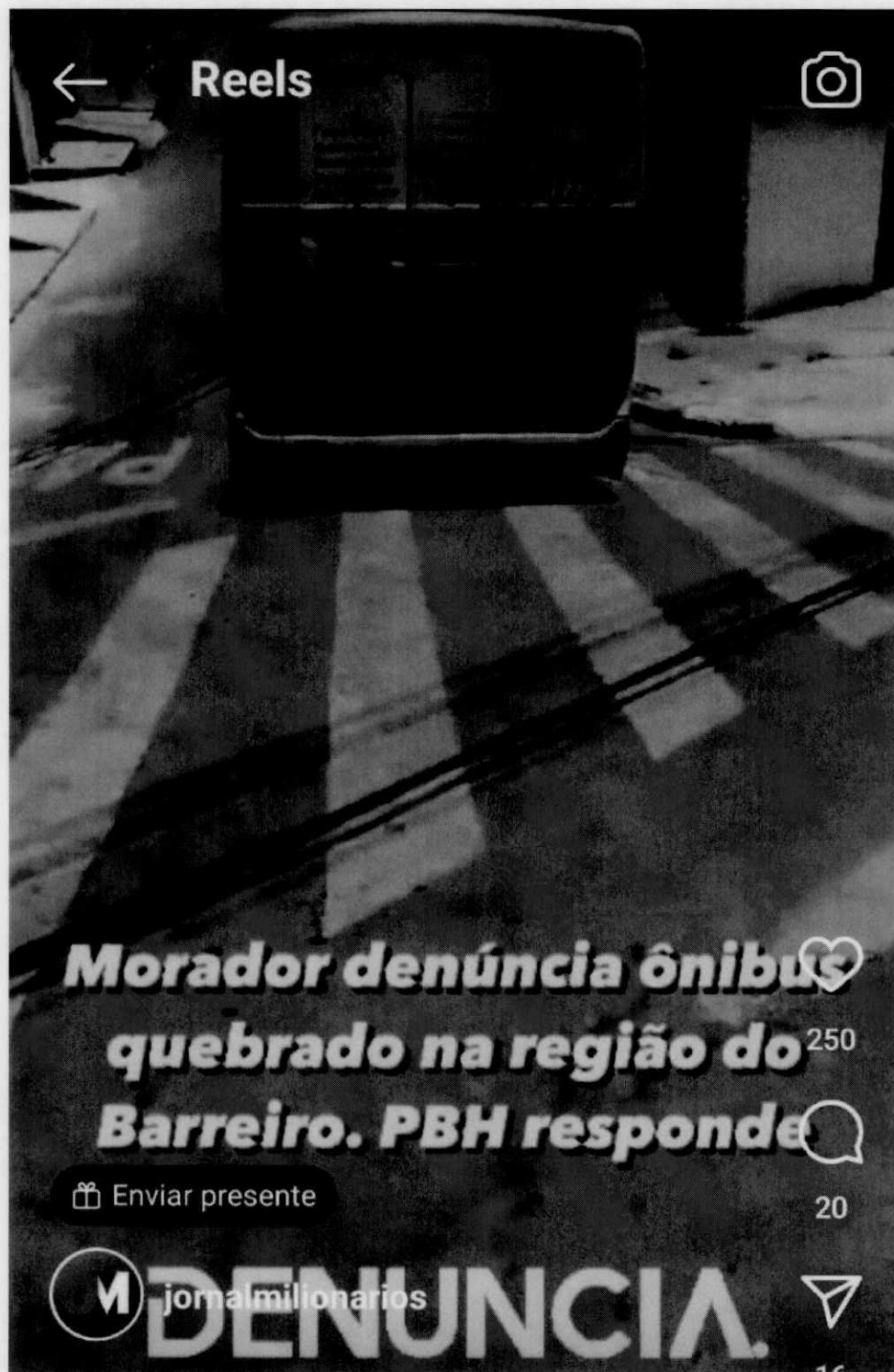
Tendo em vista a constante quebra de veículos, o não cumprimento de horários e as condições de higiene dos ônibus, a impressão passada é que os piores veículos disponíveis são sempre direcionados a referida linha, de forma intencional, prejudicando centenas de trabalhadores que dependem do transporte público para chegarem ao trabalho ou usuários para cumprirem seus compromissos

Não obstante os mesmos problemas foram relatados nos ônibus 3054, 332 e 330, conforme exemplos a seguir:

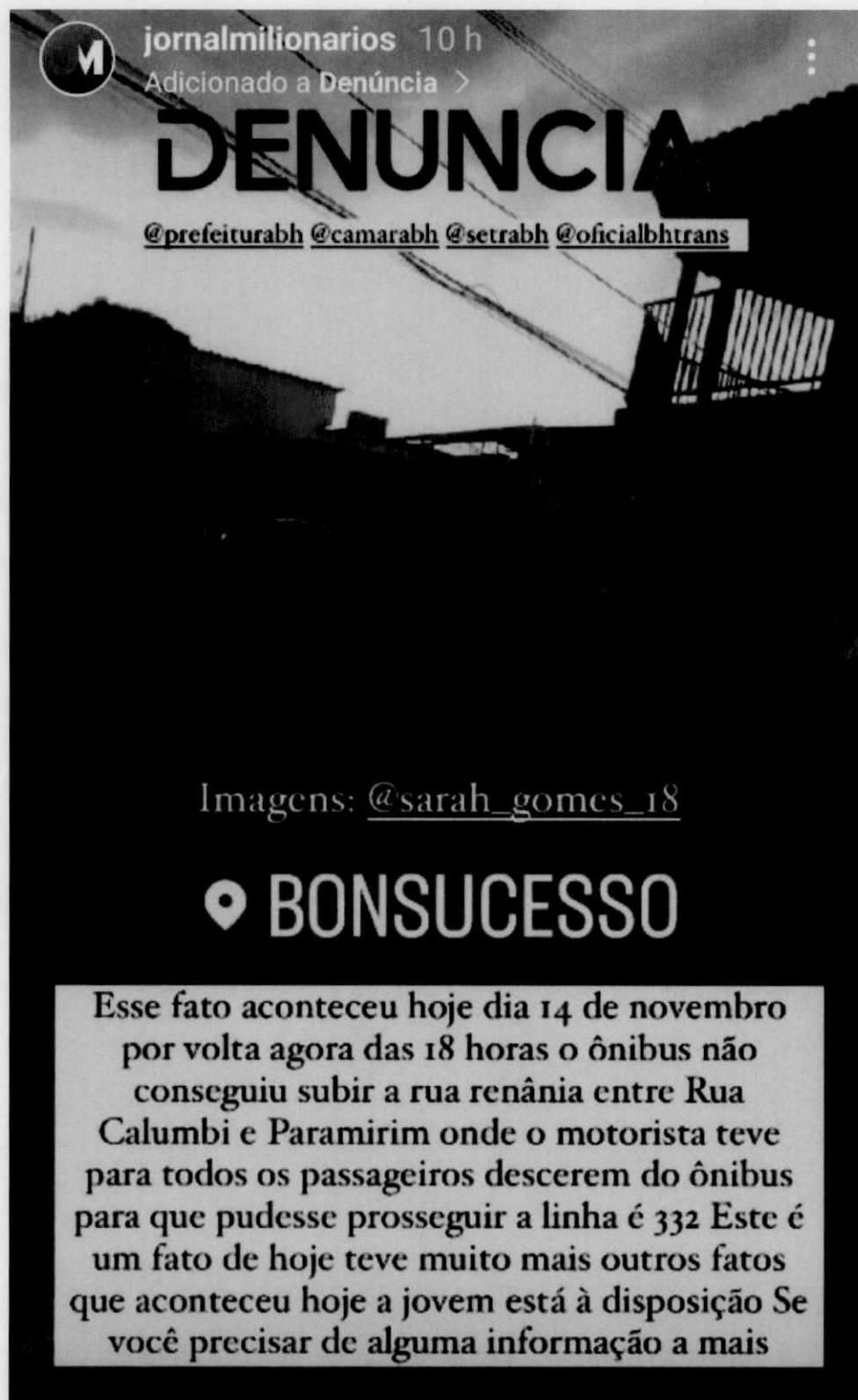
Ônibus da Linha 332 quebrado no Barreiro de Cima. Horário aproximado às 11:00 da manhã. Data: 30/11/2023



Ônibus da Linha 332 quebrado no bairro Bonsucesso – Rua D, Com Avenida
Marselhesa. Horário aproximado às 10:00 da tarde. Data: 16/11/2023



Ônibus da Linha 332 quebrado no Bairro Milionários – Rua Paramirim, Esquina com Rua Renânia. Horário aproximado às 17:30 da tarde. Data: 14/11/2023



jornalmilionarios 10 h
Adicionado a Denúncia >

DENUNCIA

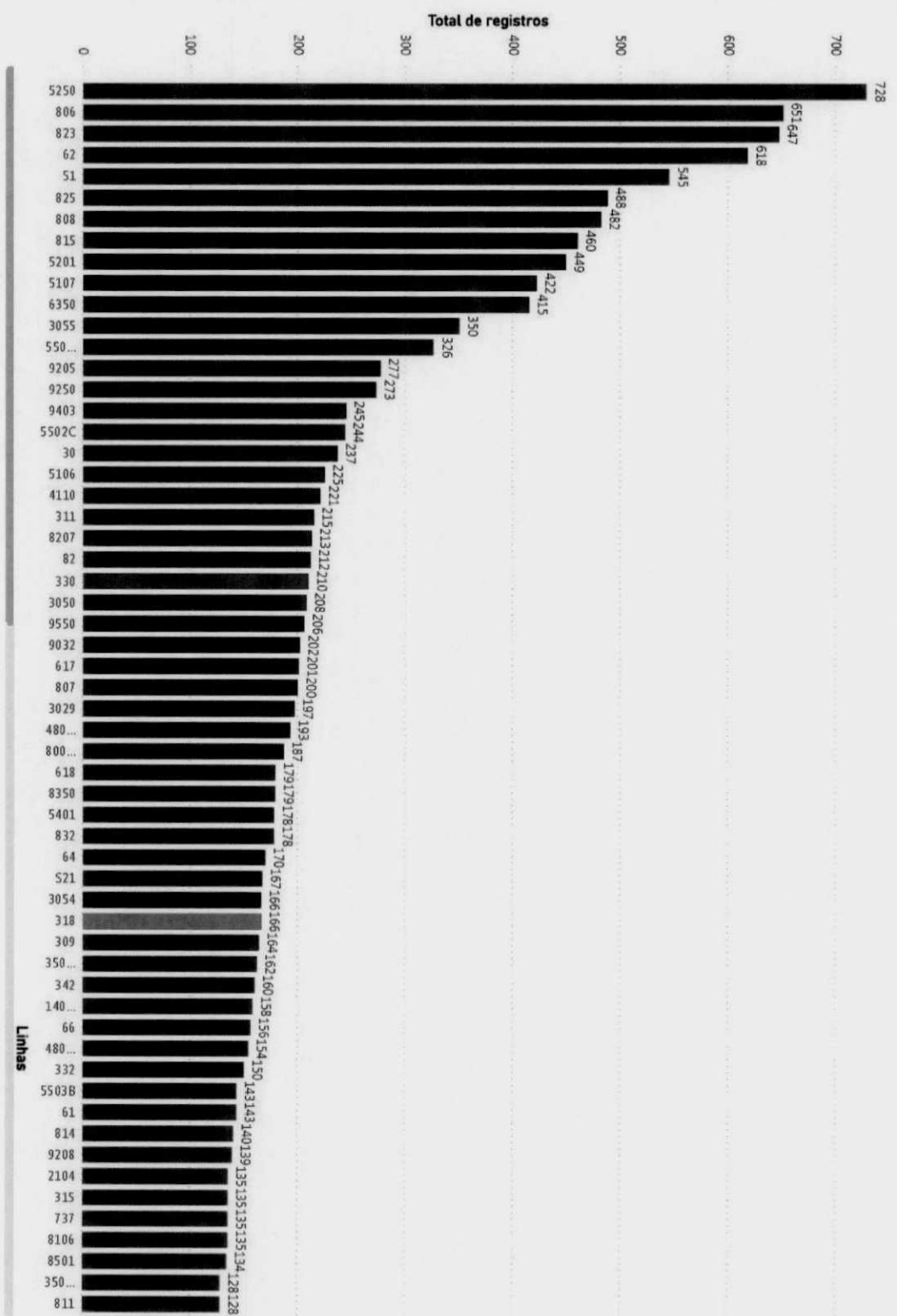
[@prefeiturabh](#) [@camarabh](#) [@setrabh](#) [@oficialbhtrans](#)

Imagens: [@sarah_gomes_18](#)

📍 BONSUCESSO

Esse fato aconteceu hoje dia 14 de novembro por volta agora das 18 horas o ônibus não conseguiu subir a rua renânia entre Rua Calumbi e Paramirim onde o motorista teve para todos os passageiros descerem do ônibus para que pudesse prosseguir a linha é 332 Este é um fato de hoje teve muito mais outros fatos que aconteceu hoje a jovem está à disposição Se você precisar de alguma informação a mais

Assevere-se que, das linhas que operam a região do Barreiro, conforme levantamento da própria Prefeitura de Belo Horizonte, as linhas 330, 318, 332 e 3054 são extremamente mal avaliadas e problemáticas, reforçando tudo o que vem sendo evidenciado neste requerimento.



Dessa forma, para que os usuários não fiquem prejudicados, necessário se faz um a investigação profunda da referida empresa, de forma inclusive a apurar responsabilidades sob a má prestação de serviços e o descumprimento contratual estabelecido.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

09 / 12 / 2023

LCM - 526

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **3142/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, à Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, Representante Legal da Empresa BHLeeste Transportes S.A, CNPJ 42.603.554/0002-04, com endereço na Rua Magno Moura, 286 - Nova Vista, Sabará - MG, CEP 31070-290, pedido de informação para que sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

- a) Dos 420 novos veículos, quantos veículos foram adquiridos/disponibilizados pela empresa BHLeeste Transportes S.A?
- b) Nos últimos 2 meses quantos veículos foram adquiridos? Todos estão circulando como transporte público?
- c) Caso contrário, qual o motivo da não circulação?
- d) Atualmente quantos veículos compõem a frota da Empresa BHLeeste Transportes S.A?
- e) Qual a média de idade dos veículos atualmente em circulação da Empresa BHLeeste Transportes S.A?
- f) As linhas 815, 822, 5503A, 5503B, foram contempladas cada uma com quantos veículos novos?
- g) Qual a frequência de manutenção dos veículos que operam as linhas acima?
- h) Qual a idade dos veículos que operam as linhas acima mencionadas?
- i) Considerando que as linhas anteriormente mencionadas possuem altos índices de reclamação, quais medidas estão sendo adotadas, tanto pela empresa quanto pelo poder público para mitigar os problemas apontados pelos usuários?

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2023.

ELIZETE LOIDE
GONCALVES

TAVARES:04841792686

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.12.05 14:50:20 -03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**
Relatora - Podemos/MG

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador **Jorge Santos**

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Ônibus Sem Qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

06 / 12 / 2023

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 05.12.23
HORA: 15:51:51

511 4138



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº
3146/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja intimado o Sr. André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, para, pessoalmente, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, bem como, informações relevantes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte por parte das empresas BHLeste Transportes S/A e TransOeste Transportes Urbanos Ltda.

Sugiro que seja designada a data de 19/12/2023, às 09h30min, no Plenário Juscelino Kubitschek.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2023.

**ELIZETE LOIDE
GONCALVES
TAVARES:04841
792686**

Assinado de forma
digital por ELIZETE
LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.12.05
14:49:50 -03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**
Relatora - Podemos/MG

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>06/12/2023</u>
<u>[Assinatura]</u>
Responsável pela distribuição

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Ônibus Sem Qualidade

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 05.12.2023
HORA. 15:51:53
511 4139



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **3147/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 82, § 2º, IV da Lei Orgânica, combinado com o art. 48 do Regimento Interno, que seja intimado o **Sr. Rubens Lessa Carvalho**, Sócio-Administrador da empresa **S&M TRANSPORTES S.A**, CNPJ 05.440.380/0001-07, com logradouro na rua José Moreira Barbosa, nº 125, São Marcos, Belo Horizonte/MG - CEP 31.920-390, para, pessoalmente, prestar informações a título de testemunha referida, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados a esta CPI, a exemplo:

"9ª Reunião - 28/08/2023 -

(12:10) Nilo Gonçalves Simão Junior: E o Sr. Rubens Lessa, como vocês já sabem, ele também é o Presidente da empresa líder do consórcio BH LESTE.

O Sr. Rubens Lessa, tinha um problema que era a ausência de capacidade da Viação Torres, em exercer as atividades operacionais, como vocês sabem isso também é de responsabilidade do consórcio.

Então assim, o consórcio... Ele é o Concessionário Público e as empresas participam do consórcio, elas são subconcessionárias.

(12:42) Então o Rubens tinha esse problema, que era, que a Torres não tinha mais, estava ficando sem capacidade para operar e também tinha esse problema da dívida. Ele acabou propondo pro meu pai, um negócio em que ele resolveria a situação com a Torres e passaria essas cotas de participação do consórcio BH Leste para meu pai em da ação e pagamento.

[...]

11ª Reunião - 14/09/2023

(46:03) Luis Paschoalin: Não, eu não tenho vínculo nenhum com a BH Leste, minha tratativa nenhuma hora eu tive com a BHLeste. A minha tratativa foi o tempo inteiro com o Rubens, que eu passei pra ele, nem uma hora eu sentei com o pessoal da BH Leste, negocie, eu fiz contrato com eles, eu tive zero contato com eles.

[...]

(01:02:34) Ver. (a) Loide Gonçalves: A que título que foram repassados os veículos da Viação Torres a BH Leste?

(01:02:40) Luis Paschoalin: Eu não passei pra eles, eu passei pra S&M."

Sugiro que seja designada a data de 21/12/2023, às 09h30min, no Plenário Juscelino Kubitschek.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2023.

ELIZETE LOIDE
GONCALVES

TAVARES:04841792686

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.12.05 14:50:45 -03'00'

Vereadora **Loide Gonçalves**

Relatora - Podemos/MG

Ao Excelentíssimo Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Ônibus Sem Qualidade

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 06/12/2023

(Assinatura)
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 05/12/23
HORA: 15:51:54

511 7140



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **3152/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 58, caput, do Regimento Interno, que seja encaminhada diligência à Senhora Celi Bassi, contadora regularmente inscrita no CRC sob o número 107.830, para prestar esclarecimentos por escrito, dos documentos por ela subscritos no âmbito processo administrativo 01-011.242/23-89.

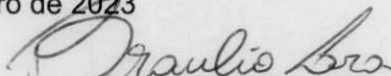
Trata-se de diligência objetivando esclarecer a atuação da Senhora Celi Bassi no supracitado processo administrativo, que trata da concessão de anuência da empresa BHLeste para operar no sistema de transporte coletivo de passageiros na capital.

Por se tratar de um único fato que precisa ser esclarecido, entendem os parlamentares a desnecessidade, em primeiro momento, de realizar a intimação para prestar depoimento, vez que a resposta pode ser dada por escrito.

Estando a Comissão Parlamentar de Inquérito amparada pela constituição e pelo regimento interno, solicita que seja encaminhado o seguinte questionamento, para resposta por escrito no prazo de 10 dias:

1 - Senhora Celi Bassi, no processo administrativo 01-011.242/23-89, às fls 15, a senhora assina um documento que reflete as demonstrações contábeis da Empresa BHLeste em 31 de dezembro de 2022. Neste documento consta no campo "caixa e equivalente de caixa" o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no ano de 2022. No entanto, extrai-se de depoimentos prestados a essa CPI, que esse valor de 3 milhões de reais só foi integralizado no ano de 2023. Dessa forma, questiona-se: qual a origem dos 3 milhões de reais que, teoricamente, integravam o caixa da empresa BHLeste em 2022? Como esse valor foi apurado pela senhora?

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023


Vereador **BRAULIO LARA**
Partido NOVO

Ao Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Ônibus Sem Qualidade

SIL 7151

CMBH_DIRLEG-06/dez/23-14:56:08-000554-1



BH LESTE TRANSPORTES S.A. CNPJ 42.603.553/0001-23						Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)					
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022						2022 2021					
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)						2022 2021					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021				
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		3.000.000	1.000	Não circulante							
		3.000.000	1.000	Patrimônio líquido							
Não circulante				Capital social		1.000	1.000				
Imobilizável				Reserva de Capital		3.000.000					
Intangível				Lucros e prejuízos acumulados		3.001.000	1.000				
Total do ativo		3.000.000	1.000	Total do passivo e patrimônio líquido		3.001.000	1.000				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											
Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)						Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)					
Notas	2022	2021			Notas	2022	2021				
Saldo em 31 de dezembro de 2020					Saldo em 31 de dezembro de 2020						
Integração de capital					Integração de capital						
Destinação:					Destinação:						
Dividendos mínimos obrigatórios					Dividendos mínimos obrigatórios						
Constituição de reserva de lucros					Constituição de reserva de lucros						
Distribuição de lucros					Distribuição de lucros						
Saldo em 31 de dezembro de 2021					Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Emissão de debênture conversível					Emissão de debênture conversível						
Destinação:					Destinação:						
Dividendos mínimos obrigatórios					Dividendos mínimos obrigatórios						
Constituição de reserva de lucros					Constituição de reserva de lucros						
Distribuição de lucros					Distribuição de lucros						
Saldo em 31 de dezembro de 2022					Saldo em 31 de dezembro de 2022						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Receita líquida de Transportes de Passageiros				Lucro líquido do exercício							
Custo dos serviços prestados				Resultado abrangente							
Lucro bruto				Lucro líquido do exercício com efeito							
Receitas (despesas) operacionais				Resultado abrangente							
Despesas administrativas e gerais				As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Despesas comerciais				Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)							
Despesas tributárias				1. Contexto operacional: A BH Leste Transporte S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, tem por objetivo social, conforme seu Estatuto a prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros.							
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas em conformidade com as disposições contidas na lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas respectivas alterações (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09).							
Resultado operacional antes das receitas financeiras, líquidas				A. Base de Medição: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. B. Moeda Funcional de Apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.							
Receitas (despesas) financeiras, líquidas				3. Sumário das Principais Práticas Contábeis Adotadas: A - Regime de Competência e Separação de Períodos: A Companhia adota o Regime de Competência para registro de suas transações. O critério utilizado pela Companhia para o registro de Ativos e Passivos Circulantes reflete as operações cuja realização ou exigibilidade ocorram até o final do exercício seguinte, sendo							
Despesas financeiras											
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social											
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido											
Corrente											
Diferido											
Lucro líquido antes da participação de não controladores											
Participação dos não controladores											
Lucro líquido do exercício											
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											

Lucro/Prejuízo do exercício											
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos permanentes de atividades operacionais											
Depreciação e amortização											
Constituição (Reversão) de provisões para riscos											
Imposto de renda e contribuição social diferidos											
Aumento líquido/(redução) nos ativos											
Contas a receber de clientes											
Faturos											
Impostos a recuperar											
Dívidas ativos circulantes											
Aumento líquido/(redução) nos passivos											
Fornecedores											
Obrigações trabalhistas e sociais											
Obrigações tributárias											
Outras contas a pagar											
Caixa líquido das atividades operacionais											
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos											
Aquisições de bens do imobilizado											
Aquisições do Intangível											
Caixa líquido das atividades de Investimentos											
Fluxo de caixa das atividades de financiamento											
Emissão de debênture conversível											
Juros sobre empréstimos mercantis											
Pagamento de empréstimo por direito de uso											
Caixa líquido das atividades de financiamentos											
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa											
Caixa e equivalentes no início do exercício											
Caixa e equivalentes no final do exercício											
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa											
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											
que os demais transações são consideradas de longo prazo e, conseqüentemente, registradas no Não Circulante. B - Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia no Gênero das Obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo de alto liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.											
GOMES Ester Gomes Diretor Operacional											
Celi Dassi											
Contador - CRC/MG - 107.830/O-0											

GOMES Ester Gomes
Diretora Operacional

Celi Dassi
Contadora - CRC/MG - 107.830/O-0



PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 06/12/2023
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

21ª REUNIÃO

CPI – Ônibus sem qualidade

Requerimento 873/2023

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.



protocolo dirleg <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>

ENC: HC Nilo Simão

1 mensagem

Rodrigo Bruno <rodrigojur@live.com>


9 de novembro de 2023 às 09:43

Para: "protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br" <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>

Enviado do Outlook

De: Rodrigo Bruno <rodrigojur@live.com>**Enviado:** quinta-feira, 9 de novembro de 2023 09:38**Para:** secapc@cmbh.mg.gov.br <secapc@cmbh.mg.gov.br>**Assunto:** HC Nilo Simão

Segue a solicitada decisão do habeas corpus

 **5272315-42.2023.8.13.0024-1699467728230-10221-5272315-42.2023.8.13.0024.pdf**
1313KPROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 09/11/23
HORA. 09:57

del 6858



08/11/2023

Número: **5272315-42.2023.8.13.0024**

Classe: **[CRIMINAL] HABEAS CORPUS CRIMINAL**

Órgão julgador: **Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **07/11/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0**

Assuntos: **Habeas Corpus - Cabimento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
FABIO HENRIQUE QUEIROZ (IMPETRANTE)	
	RODRIGO CESAR DIAS BRUNO (ADVOGADO)
PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (IMPETRADO(A))	
GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO (IMPETRADO(A))	
NILO GONCALVES SIMAO (PACIENTE)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10108694066	08/11/2023 15:02	5272315-42.2023.8.13.0024	Decisão



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

DECISÃO

Autos n.5272315-42.2023.8.13.0024

Vistos etc.

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado por **Fábio Henrique Queiroz**, em favor do paciente **Nilo Gonçalves Simão**, convocado para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito da Casa Legislativa de Belo Horizonte/MG.

Aponta como autoridade coatora o **Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG**, vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo.

Sustenta o impetrante que o presente HC objetiva evitar que o paciente compareça perante a CPI para prestar depoimento em desfavor de seu filho, **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, asseverando que o comparecimento ao ato seria ilegal, inconstitucional e abusivo.

Formula pedido liminar, requerendo o salvo-conduto para que (i) seja desobrigado o comparecimento do paciente para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG; (ii) não sofra qualquer sanção/constrangimento pelo não comparecimento ao ato, "*especialmente, mas não exclusivamente, prisão, condução coercitiva, indiciamento por crime de falso testemunho e/ou desobediência, dentre outras medidas retaliatórias*" (Id. 10106625268).

É o relatório. Decido.

A teor do inciso LXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, será concedido *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

O impetrante visa assegurar ao paciente salvo-conduto para desobrigar o comparecimento para prestar depoimento no dia 9.11.2023, perante a Comissão



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento n.873/2023 na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG, *“para apurar as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viagens **TransOeste**, que atende a região do Barreiro, e **Torres**, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público”* (Id.10106638953).

Não obstante os poderes inerentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme disposto no § 3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, as prerrogativas atribuídas à Câmara dos Vereadores, contudo, não são absolutas, conforme reiteradamente decidido pelos Tribunais Superiores, encontrando limites nos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, dentre eles 1) o de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judicial competente; 2) o de ser assistido por advogado; 3) o de permanecer calado, decorrente da garantia contra a autoincriminação.

Tem-se entendido, atualmente, sobretudo pelo STF, que o atendimento à convocação não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão. Nesse sentido: STF. Medida Cautelar no HC 203801/DF, Rel. Min Luís Roberto Barroso, j. 30.06.2021.

Do exame dos autos, verifica-se que o ora paciente é genitor do supostamente investigado **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, tendo sido intimado para *“prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”*.

Em que pesem os argumentos apresentados pelo impetrante, o paciente poderá prestar relevante contribuição para elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação das empresas de transporte coletivo.

Muito embora o paciente tenha o dever de comparecer à sessão, poderá se valer do legítimo exercício do direito de manter-se silente sobre indagações que digam respeito à



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

sua pessoa (em razão do direito de não autoincriminação) e à pessoa de seu filho (em razão do direito de não depor contra o descendente), devendo, contudo, revelar o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros.

Diante do exposto, **defiro, em parte, o pedido liminar** para que, não obstante imperativo o comparecimento do paciente à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 873/2023, seja a ele assegurado o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo ou a seu filho **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula, servindo essa decisão como salvo-conduto.

Comunique-se imediatamente.

Solicite-se informações à autoridade apontada como coatora para que **sejam prestadas, em 24h.**

Prestadas as informações, abra-se vista ao Ministério Público.

Oportunamente, venham os autos conclusos.

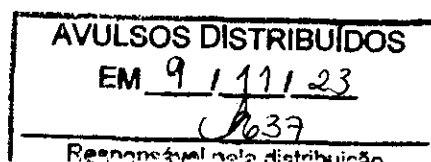
I-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte/MG, data da assinatura eletrônica.

BARBARA HELIODORA	Assinado de forma digital por
QUARESMA BOMFIM	BARBARA HELIODORA
BICALHO:0357728068	QUARESMA BOMFIM
9	BICALHO:03577280689
	Dados: 2023.11.08 14:52:58
	-03'00'

BÁRBARA HELIODORA QUARESMA BOMFIM

Juíza de Direito





PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte
Gabinete do Procurador-Geral do Município*

OFÍCIO GAB-PGM/CMBH Nº 3200/2023

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2023.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho informar que o Sr. André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, por recomendação médica, irá prestar o seu terceiro depoimento a esta CPI, de forma virtual, requerendo que lhe seja assegurada a possibilidade de pequenos intervalos para medicação e alimentação, necessárias a boa estabilização de sua saúde.

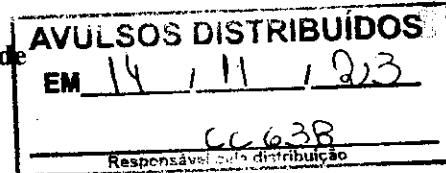
Requer, por fim, seja-lhe enviado o link para sua participação, na qual estará acompanhado pelo subscritor deste Ofício.

Pede deferimento.

HERCULES GUERRA

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

**Ao Exmo. Senhor
Vereador Jorge Santos
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – ônibus sem qualidade
CMBH
Nesta Capital**



13417-14.000.000-001-07-0003-2-1
522 6909



Documento pt SIL 7112/23

O documento foi publicado com informações ocultadas, a fim de preservar o sigilo de dados pessoais. O documento integral pode ser consultado na via física, disponível nesta diretoria até o fim desta Legislatura. Após esse período, será encaminhado ao arquivo público do Município.

Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2023

Lucas Leal Esteves
Diretor do Processo Legislativo



PJe
Processo Judicial
eletrônico



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

URGENTE

Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte

AV. AUGUSTO DE LIMA, 1549 - 2º ANDAR - BARRO PRETO -

Habeas Corpus

254 - MANDADO DE INTIMAÇÃO

VARA DE INQUÉRITOS

PROCESSO: 5272315-42.2023.8.13.0024

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 1

NOSSO Nº: 678602-6

IMPETRANTE: FABIO HENRIQUE QUEIROZ

IMPETRADO(A): PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE e Outro(s).

PROCESSO ORIGEM: 0

Pessoa a ser intimada:

PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Endereço:

AV.DOS ANDRADAS, 3100, CÂMARA MUNICIPAL - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: 30260070 - BELO HORIZONTE/MG

Referência: AVENIDA FRANCISCO SALES / RUA FRUTAL

O(A) Juiz(íza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este proceda à INTIMAÇÃO da parte nome e endereço acima, para os termos do despacho transcrito.

DESPACHO JUDICIAL

Intime-se a autoridade supramencionada apontada como coatora, o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Vereador Gabriel Azevedo, acerca do deferimento em parte do pedido liminar, para que, não obstante imperativo o comparecimento do paciente à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 873/2023, seja a ele assegurado o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo ou a seu filho Nilo Gonçalves Simão Júnior, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula, servindo essa decisão como salvo-conduto.

Ademais, serve o presente para intimar a autoridade coatora, para que preste as informações acerca do alegado na petição com cópia em anexo, no prazo de 24 horas.

Ciente: _____

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional: HAMILTON FIGUEIREDO FREIRE REGIÃO: 999 - CONTORNO	Mandado: 1 DILIGÊNCIA CÍVEL/CRIME Certidão: <input type="checkbox"/> Verso <input type="checkbox"/> Anexa
---	---

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS
É dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil. Para denúncia, disque: 100.

CHH_DIREG-04/dez/23-09:44:30-008530-1

71/12
Jil

URGENTE

BELO HORIZONTE, 09 de novembro de 2023.

Escrivã(o) Judicial: TEREZA SOARES DE ALMEIDA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Outros documentos.

CPI - Transporte

Leop 09/11/2023



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

DECISÃO

Autos n.5272315-42.2023.8.13.0024

Vistos etc.

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado por **Fábio Henrique Queiroz**, em favor do paciente **Nilo Gonçalves Simão**, convocado para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito da Casa Legislativa de Belo Horizonte/MG.

Aponta como autoridade coatora o **Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG**, vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo.

Sustenta o impetrante que o presente HC objetiva evitar que o paciente compareça perante a CPI para prestar depoimento em desfavor de seu filho, **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, asseverando que o comparecimento ao ato seria ilegal, inconstitucional e abusivo.

Formula pedido liminar, requerendo o salvo-conduto para que (i) seja desobrigado o comparecimento do paciente para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG; (ii) não sofra qualquer sanção/constrangimento pelo não comparecimento ao ato, *“especialmente, mas não exclusivamente, prisão, condução coercitiva, indiciamento por crime de falso testemunho e/ou desobediência, dentre outras medidas retaliatórias”* (Id. 10106625268).

É o relatório. Decido.

A teor do inciso LXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, será concedido *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

O impetrante visa assegurar ao paciente salvo-conduto para desobrigar o comparecimento para prestar depoimento no dia 9.11.2023, perante a Comissão



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento n.873/2023 na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG, *“para apurar as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viações **TransOeste**, que atende a região do Barreiro, e **Torres**, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público”* (Id.10106638953).

Não obstante os poderes inerentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme disposto no § 3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, as prerrogativas atribuídas à Câmara dos Vereadores, contudo, não são absolutas, conforme reiteradamente decidido pelos Tribunais Superiores, encontrando limites nos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, dentre eles 1) o de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judicial competente; 2) o de ser assistido por advogado; 3) o de permanecer calado, decorrente da garantia contra a autoincriminação.

Tem-se entendido, atualmente, sobretudo pelo STF, que o atendimento à convocação não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão. Nesse sentido: STF. Medida Cautelar no HC 203801/DF, Rel. Min Luís Roberto Barroso, j. 30.06.2021.

Do exame dos autos, verifica-se que o ora paciente é genitor do supostamente investigado **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, tendo sido intimado para *“prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”*.

Em que pesem os argumentos apresentados pelo impetrante, o paciente poderá prestar relevante contribuição para elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação das empresas de transporte coletivo.

Muito embora o paciente tenha o dever de comparecer à sessão, poderá se valer do legítimo exercício do direito de manter-se silente sobre indagações que digam respeito à



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

sua pessoa (em razão do direito de não autoincriminação) e à pessoa de seu filho (em razão do direito de não depor contra o descendente), devendo, contudo, revelar o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros.

Diante do exposto, **defiro, em parte, o pedido liminar** para que, não obstante imperativo o comparecimento do paciente à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 873/2023, seja a ele assegurado o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo ou a seu filho **Nilo Gonçalves Simão Júnior**, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula, servindo essa decisão como salvo-conduto.

Comunique-se imediatamente.

Solicite-se informações à autoridade apontada como coatora para que **sejam prestadas, em 24h.**

Prestadas as informações, abra-se vista ao Ministério Público.

Oportunamente, venham os autos conclusos.

I-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte/MG, data da assinatura eletrônica.

BARBARA HELIODORA	Assinado de forma digital por
QUARESMA BOMFIM	BARBARA HELIODORA
BICALHO:0357728068	QUARESMA BOMFIM
9	BICALHO:03577280689
	Dados: 2023.11.08 14:52:58
	-03'00'

BÁRBARA HELIODORA QUARESMA BOMFIM

Juíza de Direito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INQUÉRITOS DA
COMARCA DE BELO HORIZONTE – MG**

**URGENTE:
PEDIDO DE LIMINAR**

FÁBIO HENRIQUE QUEIROZ, brasileiro, casado, advogado, OAB/MG 90.410, CPF [REDACTED], endereço eletrônico [REDACTED], com endereço [REDACTED], vem perante este r. Juízo impetrar **ORDEM DE HABEAS CORPUS PREVENTIVO**, com pedido liminar, em favor do paciente **NILO GONÇALVES SIMÃO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG [REDACTED] e no CPF/[REDACTED], nascido em Belo Horizonte, MG, no dia 26/11/1945, filho de *Ody Zacarias Simão e Maria de Lourdes Simão*, com endereço [REDACTED], fazendo-o sob o fundamento do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e do art. 647 do Código de Processo Penal, contra ato praticado pelo **EXMO. SR. VEREADOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO**, CPF [REDACTED], com endereço funcional na Av. dos Andradas, nº 3.100, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, CEP 30.260-900, autoridade coatora responsável pelo constrangimento ilegal do paciente, de acordo com os fatos e fundamento a seguir apresentados:

Em 23/06/2023, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), a partir do Requerimento nº 873/2023 (cópia anexa), (sic) *“para apurar as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viações TransOeste, que atende a região do Barreiro, e Torres, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público”*.

O início dos trabalhos da CPI foi destinado à formulação de especulações, a maioria delas inverossímeis, sobre a aquisição das quotas de participação da *“Viação Torres Ltda”* no consórcio operacional concessionário do serviço público. Após tomar conhecimento das aludidas especulações por meio da imprensa, **o filho do paciente, Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior**, imbuído da sua habitual boa-fé e considerando ser o

- 1 -



único *beneficial owner* da sociedade anônima que adquiriu as mencionadas quotas de participação, se apresentou espontaneamente à CPI. A partir daí, **o filho do paciente começou a ser enquadrado, sob o ponto de vista prático, como investigado**, o que se infere, por exemplo, do fato de, na mesma assentada em que a CPI determinou sua intimação como “*testemunha*” (Req. 2165/2023), ter determinado fosse dada ciência da sua petição (aquela que foi apresentada espontaneamente à CPI) à Secretaria da Receita Federal (Req. 2162/2023), ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Req. 2163/2023) e ao Ministério Público do Trabalho (Req. 2164/2023). Os Requerimentos de Comissão têm, a propósito, numeração sequencial, sendo o último deles (nº 2165) destinado a intimar o filho do paciente a depor na qualidade de “*testemunha*” (sim, entre aspas, por se tratar de eufemismo), ou seja, após ele ter sido denunciado pela CPI ao órgão de controle de atividades financeiras/econômicas (SRF), de persecução penal (MPMG) e de controle das relações trabalhistas (MPT).

O relatado, no parágrafo acima, não é o que normalmente se faz com uma testemunha, mas sim com um investigado, do que se infere ser o filho do paciente o investigado da CPI. Mesmo diante deste enquadramento prático, sempre norteado por sua habitual boa-fé e contrariando a orientação prévia que recebeu do causídico que o assistia (o mesmo que impetra o presente *habeas corpus*), o filho do paciente prestou compromisso, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal e foi inquirido de modo minucioso, prestando sereno, substancioso e ininterrupto depoimento ao longo de duas horas e meia. **Apesar da clareza solar com que depôs, ao que parece remanesceram dúvidas no entendimento dos membros da CPI que decidiram, no desiderato de saná-las, ouvir o paciente (pai da pessoa investigada) em inquirição designada para o dia 26/10/2023, às 10:30 horas. Veja-se:**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 82, § 2º, IV da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja intimado o Sr. **Nilo Gonçalves Simão**, Sócio-Administrador da empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda, CNPJ 71.487.466/0001-01, com sede na Rua Rodrigues do Prado, nº 199, Bairro Ermelinda, Cidade de Belo Horizonte/MG CEP 31.250-310, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. **Nilo Gonçalves Simão Júnior** em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano.

Sugiro que seja designada a data de 26/10/2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes.

Belo Horizonte, 10 de Outubro de 2023.

Vereadora **Loide Gonçalves**
Relatora - Podemos/MG

Assinado de forma digital por
LOIDE L. GONÇALVES
Data: 2023.10.10 15:28:52
A1700



No afã de intimar o paciente, equivocadamente, a CPI enviou a intimação respectiva (Of. Dirleg nº 8.469/23) para o endereço de uma garagem no Bairro Ermelinda e não para sua residência, em Belo Horizonte, onde mora há quase trinta anos. A intimação foi recebida por empregados que ficaram apreensivos pelo fato do paciente não ter ido à garagem nos dias que se sucederam à entrega da intimação em carta aberta, de modo que, mesmo não estando autorizados, fizeram contato com o filho do paciente e o informaram da situação. Imediatamente, o filho do paciente fez contato telefônico com ele e soube que este estava em viagem no estrangeiro, não tendo tomado conhecimento da intimação antes da sua partida. Portanto, considerando a impossibilidade de retornar a tempo, o paciente não conseguiria comparecer à sessão de inquirição designada para (sic) *“prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”*. Mais uma vez, norteado por sua boa-fé, o filho do paciente peticionou (cópia anexa) à CPI expondo a situação e requerendo o cancelamento definitivo da inquirição do seu pai, especialmente considerando que:

- 1) O paciente não havia tomado conhecimento da intimação, porquanto enviada para endereço equivocado, diverso da sua residência, estando ele em país estrangeiro sem possibilidade de retorno imediato.
- 2) O paciente não poderia prestar depoimento a respeito de fatos suscetíveis de repercussão na esfera jurídica do seu filho, estando **resguardado pelo art. 206 do Código de Processo Penal**, subsidiariamente aplicável às reuniões da CPI por força do art. 58, §1º, do Regimento Interno da CMBH, estabelecendo que **a testemunha poderá se eximir da obrigação de depor quando for ascendente da pessoa a respeito da qual versa o depoimento**, no processo penal o acusado e, na CPI, em razão da subsidiariedade, o investigado que é o caso do filho do paciente, a despeito de qualquer amenização ou eufemismo empregado na nomenclatura por meio da qual ele tenha sido referido.
- 3) Complementado a linha do item 2, acima, o paciente não poderia prestar depoimento porque **o art. 208 do mesmo Código de Processo Penal é taxativo ao estabelecer que não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 às pessoas a que se refere o art. 206**, no caso em tela por ser o paciente ascendente do investigado.
- 4) O paciente não atua no sistema de transporte de Belo Horizonte e não participou da negociação mencionada por seu filho à CPI, de modo que sua inquirição seria absolutamente vazia e imprestável.
- 5) O paciente é um homem idoso, com 78 anos de idade, de modo que obrigá-lo, sob pena de **prisão e/ou condução coercitiva**, a prestar o compromisso do art. 203 do Código de Processo Penal, violando o direito que lhe é assegurado pelos arts. 206 e 208 do mesmo Código, no sentido de não depor contra seu filho, consistiria em violação da norma cogente do art. 10, §3º, do **Estatuto do Idoso** que estabelece ser (sic) *“dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”* (grifou-se).



- 6) A garantia legal assegurada ao paciente de não ser obrigado a prestar depoimento contra seu filho tem assento constitucional, tendo sido inteiramente recepcionada pela **Constituição Federal** em seu art. 5º, III, que estabelece que ninguém será submetido (sic) “a tratamento desumano ou degradante” (grifou-se) como seria o caso de obrigar um pai a testemunhar em desfavor de um filho.

A petição foi protocolada na CMBH sob o nº 6675/2023 e incluída na pauta da reunião do dia 26/10/2023 para deliberação. Diante da assertividade das razões expostas e à míngua de fundamento em sentido contrário, a CPI deveria ter deferido o requerimento. Não existindo o mínimo fundamento para indeferir o requerimento e considerando o desejo irrefreável de inquirir o paciente para que este testemunhe contra seu filho, a i. relatora da CPI implementou um **ESTRATAGEMA para burlar a obrigação que a Comissão tinha de apreciar o requerimento aviado pelo filho do paciente e cancelar a intimação para inquirição da testemunha impedida, no caso o ora paciente que, sob pena de prisão e/ou condução coercitiva, estava sendo constrangido a testemunhar contra seu filho.**

O ESTRATAGEMA consistiu numa **manobra jurídica** por meio da qual, antes que fosse apreciado o requerimento do filho do paciente, a i. relatora da CPI elaborou, às pressas, o Requerimento de Comissão nº 2891/2023 requerendo que a Comissão intime o paciente em seu endereço residencial para ser inquirido a título de testemunha referida, conforme art. 209, §1º, do Código de Processo Penal. O novo Requerimento de Comissão foi pautado para a reunião do dia 26/10/2023 e o requerimento do filho do paciente simplesmente ignorado, como se não existisse, em clara violação dos direitos do paciente. O fato por si só já é extremamente grave, pois em um procedimento sério não se admite esse tipo de ardil para burlar o impedimento (art. 208 do CPP) da testemunha e, mesmo assim, proceder à sua inquirição, mesmo porque **testemunha impedida continua impedida mesmo que seja testemunha referida.** A novidade implementada no novo Requerimento, de justificar a inquirição da testemunha dizendo que ela é testemunha referida, não teve e não tem o condão de obliterar o impedimento que inviabiliza a inquirição.

Como se não bastasse a gravidade do que foi até aqui relatado, a i. relatora elaborou o Requerimento de Comissão de modo antedatado, com **DATA FALSA** correspondente ao dia 15/10/2023, o que se revela do fato da assinatura digital ter sido inserida em 25/10/2023 às 15:56 horas, conduta irregular e imoral que **descortina a intenção da CPI no sentido de violar os direitos do paciente e constrangê-lo ilegalmente (porquanto impedido) a prestar depoimento contra o seu filho.** Veja-se:



Belo Horizonte, 15 de Outubro de 2023.

ELIZETE LOIDE
GONCALVES
TAVARES:04841792686

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.10.25 15:56:50 -03'00'

Vereadora **Loide Gonçalves**
Relatora - Podemos/MG

De modo pormenorizado, o impetrante detalha o relatado no quadro sinótico a seguir:

Cronologia	1	2	3
Objetivo do fato/ato	Inquirição do paciente em 26/10/2023	Cancelamento definitivo da inquirição do paciente	Inquirição do paciente em 09/11/2023
Autor do fato/ato	Relatora	Filho do paciente	Relatora
Instrumento	Requerimento de Comissão nº 2744/2023	Petição protocolada sob o nº 6675/2023	Requerimento de Comissão nº 2891/2023
Data do instrumento	10/10/2023	25/10/2023	15/10/2023
Protocolo do instrumento	10/10/2023	25/10/2023	25/10/2023
Assinatura digital	10/10/2023	25/10/2023	25/10/2023
Situação	Deferido pela CPI em 11/10/2023	Pautado e ignorado pela CPI em 26/10/2023	Deferido pela CPI em 26/10/2023

Como se viu nas colunas cronológicas, após o filho do paciente apresentar requerimento para cancelamento definitivo da inquirição do seu pai em 25/10/2023, **no mesmo dia, a i. relatora elaborou o Requerimento de Comissão nº 2891/2023, antedatando-o para o dia 15/10/2023, com a inovação artificiosa do fundamento da testemunha referida** (que, repita-se, não afasta seu impedimento), assinou-o digitalmente e o protocolou para que, no dia seguinte, 26/10/2023, fosse o mesmo aprovado, como de fato foi, ignorando-se o requerimento do filho do paciente, como se este não existisse. A manobra da i. relatora nada teve de sutil, sendo percebida e flagrada facilmente não apenas pela enorme dissonância (10 dias) entre a data falsa da emissão do documento e a data da assinatura digital, mas também: (a) por ter a i. relatora atuado em diversas reuniões da CMBH durante os 10 dias de diferença, **não sendo crível que tenha simplesmente esquecido de assinar digitalmente o documento**; (b) por não ter sido o documento antedatado incluído na pauta da reunião da CPI realizada em 23/10/2023 e “aparecido” somente na reunião do dia 26/10/2023; e, (c) por ter sido resolvida, no documento antedatado, a trapalhada do envio da intimação do paciente para endereço diverso do seu endereço residencial, **trapalhada somente constatada a partir da leitura da petição aviada pelo filho do paciente em**



25/10/2023. O resultado ilícito da implementação do ESTRATAGEMA pode ser colhido do documento oficial da CMBH denominado “Resultado da Reunião” (cópia anexa):

	
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
RESULTADO DA REUNIÃO Reunião realizada	
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Instituída pelo Requerimento 873/2023	
CPI - Ônibus sem qualidade	
17ª Reunião 26/10/2023 - 09h30min	3ª Sessão Legislativa - 19ª Legislatura Plenário Helvécio Arantes
1. DOCUMENTO PROT. Nº 006675/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2744/2023 DE: REQUERIMENTO 873/2023) ASSUNTO: Petição em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.744/2023, requerendo seja definitivamente cancelada a inquirição do pai do peticionário, considerando que o Sr. Nilo Pai não atua no sistema de transporte de Belo Horizonte e sabe absolutamente nada a respeito dos fatos que permeiam a investigação realizada pela CPI, e, ainda, é pai do investigado sendo que a legislação pátria lhe garante o direito de se recusar a depor (o que certamente fará, caso seja intimado após seu retorno do estrangeiro), sendo "dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor" conforme comando cogente do art. 10, §3º do Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003. AUTORIA: Nilo Gonçalves Simão Júnior, representado por seu advogado Fábio Henrique Queiroz	
Dada ciência à Comissão	
A comissão informou que foi aprovada nova data para a oitiva, nos termos do Requerimento de Comissão 2891/2023.	

Como consequência do ESTRATAGEMA engendrado para ouvir a testemunha impedida, foi exarada por Sua Excelência, o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo, aqui apontado como autoridade coatora, a intimação Of. Dirleg nº 9.030/23, ato que consubstancia e consolida todas as ilegalidades até aqui relatadas e, de modo artificioso, ilegal e abusivo, intima o paciente para (sic) “prestar informações a título de testemunha referida, nos termos art. 209, §1º do Código de Processo Penal”.

Trata-se, aqui, de SIMULAÇÃO, defeito gravíssimo que implica a nulidade do ato jurídico que dela está eivado, inteligência do art. 167, cabeça e §1º, III, do Código Civil Brasileiro¹. A simulação, como cediço, se compõe de dois elementos básicos: (1º) o **ato simulado** que é o ato que se exterioriza para o meio social e não corresponde à intenção de fundo correspondente ao fim colimado; e, (2º) o **ato dissimulado** que é o ato correspondente aquilo que realmente se deseja e se pratica de modo sub-reptício e encoberto/escondido/camuflado pelo ato simulado.

¹ Código Civil Brasileiro. Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado [...] § 1º. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando: [...] III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados. (destacou-se).



No caso em tela, o ato dissimulado (aquele que se quer esconder e se praticar de modo sub-reptício) corresponde à inquirição do paciente para (sic) “prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”, lembrando que Nilo Gonçalves Simão Júnior é o filho do paciente. Já o ato simulado, por seu turno, corresponde à inquirição do paciente para (sic) “prestar informações a título de testemunha referida, nos termos art. 209, §1º do Código de Processo Penal”, argumento novo surgido para tentar disfarçar e esconder a real intenção que é colher um testemunho que incrimine o seu filho investigado pela CPI.

A simulação demonstrada decorreu, conforme já demonstrado, do **ESTRATAGEMA** implementado pela i. relatora consistente na elaboração de um **Requerimento de Comissão, com data falsa anterior à da petição do filho do paciente (na qual ele requereu o cancelamento definitivo da inquirição em face do sublime impedimento do seu pai), para que uma intimação (a dissimulada) fosse trocada/encoberta por outra (a simulada).** A antedatação no Requerimento de Comissão nº 2891/2023 foi o meio **ilegal e abusivo** encontrado pela i. relatora para dar a falsa e fraudulenta impressão que a intimação do paciente, a título de testemunha referida, era algo anterior à petição do filho do paciente, aviada em 25/10/2023, o que não corresponde à verdade.

De todo modo, a intimação elaborada mediante **SIMULAÇÃO** para ouvir o paciente como testemunha referida não afasta o seu impedimento que é sublime, não importando o “jeitinho” imprimido de afogadilho para burlar a norma jurídica processual e solapar a petição aviada pelo filho do paciente, deixando de apreciá-la por ser incompatível com o desejo incontrollável de ouvir uma testemunha impedida, no caso o ora paciente, sob pena de sua prisão e/ou condução coercitiva.

A intimação artificiosa, Of. Dirleg nº 9.030/23 de 26/10/2023, foi rapidamente entregue na residência do paciente, tendo sido recebida por uma das empregadas da casa, Sra. *Silvânia Rodrigues*, não sendo ainda do conhecimento do paciente, pois este ainda se encontra em viagem no exterior. Esclareça-se que a cópia do recibo de entrega da intimação foi obtida pelo impetrante diretamente no site da CMBH, onde toda a documentação mencionada e acostada em cópia se encontra registrada.

Quando chegar de viagem, seja antes ou depois da data designada pela autoridade coatora, o paciente se encontrará na iminência de ser preso e/ou conduzido coercitivamente para testemunhar contra seu filho, circunstância extremamente grave que motivou o impetrante a formular o presente pedido de habeas corpus preventivo, com pedido de liminar para afastar o constrangimento ilegal. Esta é a situação posta à apreciação deste r. Juízo.



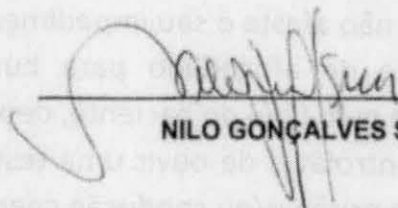
Os fundamentos jurídicos para a concessão da ordem de *habeas corpus* preventivo são os seguintes:

1. O paciente é pai da pessoa investigada em cujo desfavor seu testemunho será apresentado, estando, pois, **impedido** de acordo com o disposto no **art. 206 do Código de Processo Penal**, aplicável subsidiariamente à CPI por força do art. 58, §1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

IMPORTANTE ESCLARECIMENTO: o art. 206 do CPP estabelece que a testemunha tem a faculdade de não depor contra ascendente ou descendente e considerando que a faculdade não é presumida, o impetrante promove a juntada, com o presente HC de uma procuração do paciente autorizando-o a, em nome deste último, exercer a faculdade de recusar-se a depor contra o seu filho. Veja-se:

art. 209, §1º do Código de processo Penal". Autorizo e outorgo poderes especiais ao causídico aqui constituído para, em meu nome, exercer a faculdade que me cabe por força do art. 206 do Código de Processo Penal no sentido de, em caráter irrevogável e irretratável, RECUSAR-ME a prestar testemunho contra meu filho, Nilo Gonçalves Simão Júnior, objetivo único da Inquirição a que a autoridade coatora pretende me submeter.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023.



NILO GONÇALVES SIMÃO

2. Por força do art. 208 do Código de processo Penal, é vedada a prestação do **compromisso** a que alude o art. 203 do mesmo Código (também aplicáveis subsidiariamente à CPI por força do art. 58, §1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte) quando se tratar de pai da pessoa em cujo desfavor o testemunho será prestado, como é o caso do ora paciente.
3. O **art. 5º, III, da Constituição Federal** estabelece que ninguém será submetido (sic) "*a tratamento desumano ou degradante*" como seria o caso de obrigar um pai a testemunhar em desfavor de um filho, de modo que os supra citados fundamentos legais foram inteiramente **recepcionados** pela ordem constitucional vigente.
4. Conforme o comando normativo cogente do art. 10, §3º do **Estatuto do Idoso**, Lei Federal nº 10.741/2003, é (sic) "*dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento,*



aterrorizante, vexatório ou constrangedor”, de modo que, considerando ser o paciente um **cidadão octogenário**, impõe-se rigor diferenciado para que seu direito, de não incriminar o próprio filho sob pena de prisão e/ou condução coercitiva, não seja violado pela autoridade coatora e pela CPI.

5. **O ato praticado pela autoridade coatora e consistente na segunda intimação, para a inquirição a ser realizada em 09/11/2023, consubstancia e consolida o estratagema adotado pela i. relatora da CPI para burlar a inviabilidade jurídica da inquirição do paciente**, o que se deu por meio de Requerimento de Comissão fraudulento, antedatado para induzir o entendimento de que é anterior ao requerimento em que o filho do paciente pediu o cancelamento definitivo da sua inquirição, de modo a que este sequer foi examinado pela CPI, sendo solenemente ignorado em que pese ter sido pautado para a reunião realizada em 26/10/2023, na mesma ocasião de apreciação do Requerimento de Comissão fraudulento.
6. Por ter consubstanciado e consolidado o estratagema da i. relatora, **o ato da autoridade coatora é inválido, porquanto nulo em razão da simulação praticada e consistente na “troca” da primeira intimação (ato dissimulado por meio do qual se intima o paciente expressamente para depor contra seu filho) por uma segunda intimação (ato simulado por meio do qual se intima o paciente na qualidade de testemunha referida)**. Veja-se, abaixo, o confronto:

ATO DISSIMULADO	ATO SIMULADO (ato de autoridade ora atacado)
Of. Dirleg nº 8.469/23 de 11/10/2023, assinado pelo Presidente da CMBH: ato de autoridade derivado do Requerimento de Comissão nº 2744/2023, absolutamente ilegal por violar os direitos do paciente (arts. 206 e 208 do Código de Processo Penal), constrangendo-o a prestar depoimento contra o seu filho investigado, sob pena de prisão e/ou condução coercitiva, nos seguintes termos: (sic) “prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano” .	Of. Dirleg nº 9.030/23 de 26/10/2023, assinado pelo Presidente da CMBH: ato de autoridade derivado do Requerimento nº 2891/2023, absolutamente ilegal por violar os direitos do paciente (arts. 206 e 208 do Código de Processo Penal), constrangendo-o a prestar depoimento contra o seu filho investigado, sob pena de prisão e/ou condução coercitiva, nos seguintes termos artificiosos, ilegais e abusivos: (sic) “prestar informações a título de testemunha referida, nos termos art. 209, §1º do Código de Processo Penal” .

7. Por violar os direitos do paciente assegurados na legislação processual, no sentido de não prestar depoimento a respeito de fatos suscetíveis de repercussão na esfera jurídica do filho, assim como no **Estatuto do Idoso** que lhe garante estar a salvo de (sic) **“qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”**, **o ato da autoridade coatora é ilegal**. A propósito, o terror que a autoridade coatora pretende impingir ao paciente é tão violento que é suscetível de causar abalo psicossomático ao paciente e degradar mais ainda o seu estado de saúde que é crítico, estando atualmente com apenas um dos rins funcionando e, mesmo assim, somente com 25% da sua capacidade.
8. Por violar a norma constitucional que veda (sic) **“tratamento desumano ou degradante”**, como seria o caso de obrigar um pai a testemunhar contra o filho, **o ato da autoridade coatora se revela inconstitucional**.

- 9 -



9. Por último, mas não menos importante, **por se desviar inteiramente do sistema normativo pátrio, ratificando o estratagema da i. relatora para colher testemunho do paciente contra seu filho, por meio sub-reptício e mediante ameaça de prisão e/ou condução coercitiva, o ato da autoridade coatora é abusivo**, na medida em que viola os princípios constitucionais (também aplicáveis ao Poder Legislativo) da moralidade e da impessoalidade, conforme cabeça do art. 37 da Constituição Federal.

Ante o todo exposto, considerando que **o paciente se encontra na iminência de sofrer violência e/ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, mesmo sem haver justa causa (arts. 647 e 648, I, do Código de Processo Penal), porquanto o ato coator é ilegal, inconstitucional e abusivo**, e ainda, considerando que a Constituição Federal, no seu art. 5º, LXVIII, estabelece que *"conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder"*, com o máximo respeito, o impetrante requer a este r. Juízo:

- a) Seja concedida a **MEDIDA LIMINAR** para garantir ao paciente, Sr. Nilo Gonçalves Simão, **salvo conduto**, assegurando-lhe o exercício do seu direito de ir e vir, não sendo obrigado a prestar testemunho contra seu filho na Comissão Parlamentar de Inquérito constituída a partir do Requerimento nº 873/2023 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, não podendo sofrer qualquer ameaça e/ou qualquer tipo de constrangimento físico e/ou moral, especialmente, mas não exclusivamente, prisão, condução coercitiva, indiciamento por crime de falso testemunho e/ou desobediência, dentre outras medidas retaliatórias.
- b) O regular processamento do feito mediante a requisição de informações à autoridade coatora, Sua Excelência, o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo, e a coleta da opinião do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
- c) Ao final, **seja concedida a ORDEM DE HABEAS CORPUS em caráter definitivo**, afastando o constrangimento ilegal que paira em desfavor do paciente e consiste no risco de ser preso e/ou conduzido coercitivamente.

É o que requer, pelo que pede deferimento.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2023.

FABIO HENRIQUE
QUEIROZ:81430868600

Assinado de forma digital por FABIO HENRIQUE
QUEIROZ:81430868600
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTDATA,
ou=Certificado Digital, ou=16986332000127, cn=FABIO
HENRIQUE QUEIROZ:81430868600
Dados: 2023.11.06 12:40:02 -03'00'

FÁBIO HENRIQUE QUEIROZ
Advogado, OAB/MG 90.410

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

EM 5 / 12 / 23

Responsável pela distribuição



Número do documento: 23110616395934500010102703537

<https://pje.trjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23110616395934500010102703537>

Assinado eletronicamente por: RODRIGO CESAR DIAS BRUNO - 06/11/2023 16:39:59